ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: CORREIO DE SERGIPE
Identificação: GERAL A5
Data: 16/09/2012

Crimes impunes revoltam a população, que cobra prisões

Os casos "Ligeirinho" e "Jonatha", como ficaram conhecidos no ramo policial, são exemplos da impunidade

■ **Flávio Albuquerque:** "as primeiras 48h são importantes para definir com êxito o sucesso da apuração

Rafael Heleno
rafaelheleno@correiodesergipe.com

"Vivemos em uma sociedade onde reina a impunidade". De acordo com os dicionários, impunidade, no sentido literal, significa, "que não foi punido, escapando do castigo". Todas as pessoas já devem ter escutado, pelo menos uma vez, alguma frase que dialoga com a palavra. Tanto que, apesar do alto índice de corrupção no país, muitos pensadores sempre atestaram: o maior mal ainda são os casos que terminam impunes. O fato serve para ilustrar bem a principal modalidade criminosa: os homicídios, sobretudo nos crimes hediondos, capazes de mexer com a coletividade, que chega a cobrar uma resposta das autoridades competentes. Em Sergipe, o nível de elucidação de assassinatos figura como um dos maiores do país, com impressionantes margens que giram em torno de 70% e até 80%, conforme dados anteriormente divulgados pela Secretária de Estado da Segurança Pública (SSP). No entanto, como deve ser para os familiares dos 20% ou 30% restantes, que além de serem obrigados a superar a morte de um ente querido, veem o crime, sem autoria descoberta, caminhar para um desfecho inconclusivo? O final é quase sempre o mesmo,acabam tendo de pagar essa "pena", tendo de conviver com o esquecimento do caso, assistindo o processo ser arquivado por não "existir" culpado para formar um julgamento.

A reportagem do jornal **Correio de Sergipe (CS)** separou, em especial, dois assassinatos hediondos que seguem impunes. O objetivo é mostrar, sob uma esfera mais prática, o drama vivido pelos familiares das vítimas, na ausência de resposta a cerca das circunstâncias desses crimes. Os casos, "Ligeirinho" e "Jonatha", como ficaram conhecidos no ramo policial e dentro da imprensa, foram registrados respectivamente no dia 16 de agosto de 2009 e no dia 24 de março deste ano, quando o estudante que perdeu a vida de forma trágica teve os restos mortais encontrados às margens de uma rodovia no município de Neópolis.

• Ligeirinho

Eramanhã de domingo do dia 16 de agosto de 2009, quando por volta das 6h30, o empresário José Ailton Souza, o "Ligeirinho", estacionou seu veículo na Avenida Desembargador Maynard, precisamente em frente à residência de sua noiva.

Ele esperava pela noiva para seguirem juntos para a Igreja dos Capuchinhos, no Bairro América, zona oeste de Aracaju, quando foi interceptado por um motociclista, que com uma arma de fogo em punho, exigiu que baixasse o vidro e sem razão aparente, investiu contra ele, deflagrando pelo menos três disparos.

Ailton "Ligeirinho" veio a óbito ainda na cena do crime, antes da chegada do socorro. Mais de três anos após o crime, o drama dos amigos e familiares ainda não cessou, lutando pela prisão do responsável que não se sabe quem é, pois como eles próprios atestam: o empresário não era envolvido em desavenças e nem tinha inimigos.

As investigações foram conduzidas pelo Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa (DHPP). O inquérito que apura o assassinato foi reaberto recentemente, em decorrência dos novos pedidos de diligências por parte do Ministério Público Estadual (MPE). Conforme a diretora do DHPP, Delegada Terezza Simony,o trabalho foi realizado e encaminhado à 5ª Vara Criminal, localizada no Fórum Gumersindo Bessa.

As apurações, como confirmou a própria delegada, estavam arquivadas, e o caso permanece sem autoria definida. Na 5ª Vara Criminal, a informação divulgada é de que o inquérito sobre o assassinato de José Ailton de Souza foi remetido aos promotores do MPE Rogério Ferreira e Deljairo Jonas. Para abordar o processo de apuração de modo mais minucioso, a reportagem do Correio de Sergipe procurou o Coordenador das Delegacias da Capital, Delegado Flávio Albuquerque, que durante o período em que esteve à frente do DHPP, conduziu as investigações que não elucidaram o crime.

O Delegado faz questão de ressaltar algumas dificuldades: "Foi diretor do DHPP, quase dois anos após a prática do crime. A investigação desenvolvida na época não conseguiu identificar a autoria. É importante dizer que, principalmente em casos de homicídios, as primeiras 48h são importantes para definir com êxito o sucesso da apuração, ultrapassado esse tempo, fica muito mais complicado", analisa o delegado.

Com autoria indefinida, seria possível traçar as circunstâncias do crime? A indagação foi feita ao coordenador das Delegacias da Capital, que revelou algumas hipóteses a cerca das circunstâncias desse episódio. "Nada foi subtraído e o crime apresenta características de mando. Tudo leva a crer que foi encomendado", completa o delegado.

> "A coletividade em geral concebe o delito com a pena"
>
> **Anderson Amorim** | Defensor público

Passados três anos após o homicídio, os familiares ainda estão descontentes com o trabalho da SSP pela ausência de respostas. Eles também desconhecem a motivação e voltam a mencionar o fato de "Ligeirinho" ser uma pessoa séria, com boa conduta, sempre fazendo o bem e acumulando muitos amigos.

• Jonatha

O adolescente Jonatha Carvalho dos Anjos, estudante de 16 anos que pode ter sido morto pela polícia, figura como o caso mais recente de crime sem autoria que chocou a população sergipana. O corpo do jovem foi encontrado no dia 24 de março, em uma área erma, na zona rural de Estância. O misterioso assassinato está atrelado a duas outras ocorrências, que servem como peça chave para desvendar o caso ainda sem solução. Começando pelo latrocínio, caracterizado como roubo seguido de morte, que vitimou o PM Elder, no dia 1º de março no Bairro Santa Maria, região periférica de Aracaju.

As investigações desse procedimento apontaram a participação deAlfran dos Santos Novais, 28, morto setedias após o crime contra o policial, no mesmo bairro, durante umconfronto com a polícia, por supostamente ter reagidoà ordem de prisão.Na ocasião, foi detida uma mulher identificada como Cristiane Santos, acusada de ter indicado à quadrilha, o local onde o policial estava.

O inquérito também levou a polícia a seguir no encalço de três homens suspeitos de integrar a quadrilha que estaria ligada à morte do policial. Na madrugada do dia 14 de março, um veículo marca/modelo GM Corsa, teria tentado furar um bloqueio policial e três homens perderam a vida na troca de tiros com a polícia, ocorrida em uma via no município de Japoatã. São eles: Anderson de Jesus Oliveira, Ricardo André Carvalho Pimentel, o 'Fofo', e Eraldo Santos de Jesus, conhecido 'Mago'.

Embora o corpo do estudante só tenha sido encontrado dez dias após esse episódio, os familiares acreditam que Jonatha Carvalho ocupava o veículo onde os suspeitos mortos estavam. Além do latrocínio envolvendo o militar, apenas a morte do adolescente foi alvo de investigação. As apurações coordenadas pelo delegado Jonathas Evangelista, da Coordenadoria das Delegacias do Interior, foi resultado das cobranças de familiares que se mobilizaram em busca de justiça. No mês passado, o inquérito foi concluído e os detalhes, apesar de não trazerem a autoria do crime, fizeram vir à tona novos elementos e abriram margens para outras incertezas.

■ **Família de Jonatha** cobra incansavelmente a punição para os responsáveis pelo seu assassinato

O cenário da morte do jovem não foi revelado, assim como de acordo com as investigações, Jonatha Carvalho não foi morto no confronto registrado no dia 14 de março, sendo assim, ele não estaria a bordo do veículo quando o trio teria entrado em confronto com a polícia. Mas o inquérito teria divulgado um quarto elemento, identificado como Wanderson José dos Santos Silva, vulgo Bisqui, que permanece foragido e antes da troca de tiros, conseguiu furar o bloqueio em uma motocicleta. A moto ainda era ocupada por outra pessoa que a polícia acredita ser Jonatha Carvalho. Para a polícia, o adolescente pode ter sido assassinado em um trecho depois do local onde foi registrado o confronto e o corpo posteriormente desovado.

As investigações afastaram a possibilidade de tortura e do corpo ter sido carbonizado, ambos com base nos resultados dos laudos periciais. As queimaduras apresentadas seriam provenientes da longa exposição ao sol e os ferimentos encontrados resultado de uma ofensiva por arma de fogo. Nesse procedimento, apenas duas pessoas receberam indiciamento, são elas Cristiane Santos e o suspeito foragido Wanderson José.

O fato dos policiais envolvidos na operação do dia 14 de março terem sido "inocentados" pela SSP causou revolta e comoção dos familiares de Jonatha Carvalho. Eles chegaram a divulgar o nome dos envolvidos naquela operação e que seriam, conforme acreditam, os responsáveis pela morte do adolescente. São oito policiais militares e um delegado da polícia civil, todos ouvidos no inquérito, e que negaram veementemente a presença dele no veículo ocupado pelos três rapazes mortos.

O inquérito foi protocolado no MPE e novas diligências ainda podem ser feitas para chegar à autoria do crime.

• Defensoria Pública

A reportagem do **CS** também ouviu o defensor público Anderson Amorim, da 1ª Vara Privativa de Assistência Judiciária de Nossa Senhora do Socorro, com experiência no ramo criminal. Integrante do Núcleo de Execuções Penais da Defensoria declara que a polícia de Sergipe é tida como eficiente e no que tange à parcela dos crimes sem autoria definida, gera na sociedade certa preocupação.

O defensor faz uma síntese de elementos como sociedade, crime, pena e impunidade. "A coletividade em geral concebe o delito com a pena. Usando de um raciocínio, as pessoas enxergam o crime e logo pensam na punição, chegando ao final do processo. Mas, muitas vezes, a sentença pode não existir, havendo a absolvição. E quando essa punição não ocorre, as pessoas ficam frustradas. Partindo de delitos que geram clamor popular, como crimes bárbaros, de grande repercussão, quando não se tem uma definição do autor, surge a insatisfação da própria sociedade, pois eles precisam de uma resposta, ligada a função preventiva da pena", analisa o advogado.

Para Anderson Araújo, por conta dessa questão cultural, a obrigação de ser estipulada uma pena, os defensores podem passar a ser mal vistos. "A defesa, em um modo geral, luta para fazer a justiça. Queremos a punição, mas de quem cometeu o delito e em sua real proporção,no direito a um processo justo", declara, trazendo a questão para o meio policial, dentro dos homicídios impunes. "De nada adiantaria se a eficiente polícia achasse um culpado, mesmo sabendo de sua inocência. Daria sim uma pseudo-resposta e poderia estar ajudando a condenar um inocente, que teria muita dificuldade de se defender, pois a acusação viria fortalecida pelo peso do clamor popular, exigindo uma estratégia muito forte por parte de seus advogados para tentar equilibrar de alguma forma as forças", considera o advogado.

> **O JORNAL CORREIO DE SERGIPE SEPAROU, EM ESPECIAL, DOIS ASSASSINATOS HEDIONDOS QUE SEGUEM IMPUNES**

Anderson Amorim defende a classe, argumentando que profissionais sérios jamais irão dialogar com a ideia de impunidade, por entender que houve uma vítima, um menor ou pai de família, que poderia ser uma pessoa de seu convívio social.Portanto, a elucidação de um crime é sempre primordial.

"Mas a sociedade deveria olhar também para os crimes de colarinho branco, cometidos por políticos, empresários, entre outros. Esses sim maculam a segurança pública do modo macro e atingem toda a população. Pode não gerar um assassinato, pelo menos de modo imediato, porque o resultado é falta de recursos públicos, mortes em filas de hospitais. A coletividade deveria enxergar melhor a função preventiva da pena, diante de um fato delituoso cometido por um parlamentar, em uma fraude licitatória, por exemplo. Essas ocorrências deveriam também despertar o clamor popular", conclui o defensor.

No fim, em assassinatos sem autoria definida, quem mais sofre ainda são os amigos e familiares. Alguns chegam a dizer que quando voltam para casa, mantêm a ilusão de se deparar com o ente querido e se alimentam dessa felicidade artificial, por ser a única forma de lutar contra a dor que povoa a mente. Afinal, com um pouco de imaginação, a morte prematura pode ser uma mentira que embora contada, demora-se anos para acreditar, ainda mais quando os culpados nunca aparecem.